

ESPAÇO ABERTO

Econ-Brazil Economia e voluntarismo

CÉSAR MAIA



Parte significativa do Congresso Nacional enfrenta, em nível parlamentar, a mesma doença que diversos governos enfrentaram na América Latina: o voluntarismo econômico. Premidos pela angústia de ter de responder à miséria e às injustiças sociais, acreditaram na possibilidade de queimar etapas e resolver num par de anos o que foi cristalizado em décadas.

A mágica foi quase sempre a mesma: um forte aumento nominal dos salários, uma extraordinária expansão do gasto público financiada com moeda, um generalizado controle de preços, e importações maciças de alimentos. Em todos os casos, as economias cresceram aproveitando capacidade ociosa e estoques, os salários aumentaram, assim como a oferta de serviços públicos.

O tempo de duração dessas políticas foi, em geral, de dois anos. Em seguida os estrangulamentos provenientes de uma economia funcionalmente organizada para crescer, excluindo grande parte da população, se fizeram sentir. Vieram a desordem fiscal, a desordem monetária e a desordem cambial. E, como não podia deixar de ser, a explosão inflacionária e a desorganização da produção.

O que foi feito para o trabalhador terminou se voltando contra ele, econômica e politicamente. Economicamente porque retirou de renda mais do que havia sido conseguido, obstruiu a criação de novos empregos. Politicamente, porque gerou um quadro de desestabilização que organizou os setores autoritários e lhes deu base sócio-política.

Embora não exatamente iguais, vários são os exemplos. Peru, tanto em Alvarado como em García, Chile em Allende, Bolívia em Torres, Argentina em Péron/Isabelita, Brasil do Cruzeiro...

A desorganização terminou lançando raízes tão profundas que, em vários casos, o tempo de relançamento durou mais de dez anos, e, em outros, já passa de 15 anos e o impasse permanece. Pior é que o remédio termina por ser extraordinariamente amargo.

A população tem a clara sensação de que é assim. Pesquisas recentes de opinião pública mostram que os dois

problemas que mais preocupam a população são a inflação e o desemprego. A população sabe perfeitamente que o custo social da

hiperinflação é de qualquer forma maior que o mais duro programa de estabilização. O que ela não pode aceitar é pagar por falsos programas de estabilização, que pedem à população sacrifícios que não impõem a outros setores, e apenas para ganhar tempo.

A conjuntura que atravessamos é grave. O agravamento do processo de desestabilização econômica é muito provável. A idéia de que haverá uma solução compartilhada por todos os setores políticos, desde a sua gestação, é ingênuo.

Cabe ao governo tomar a iniciativa de implementar um programa de estabilização consequente, tendo a convicção de que a população terá a sensibilidade para discernir entre uma ação corajosa e mais um ganhar tempo.

Estamos caminhando sobre um vulcão. Numa situação destas não se pode tomar uma decisão como se estivéssemos em qualquer conjuntura. O desequilíbrio fiscal é, de longe, o mais grave que nossa economia já enfrentou. Mais uma crise cambial se aproxima. E a desordem monetária é completa.

São estes elementos que devem ponderar o Congresso Nacional ao decidir sobre despesas. Não se trata de discutir a justiça da ampliação dos gastos sociais e salariais. São não apenas justos, mas ainda nos deixarão longe de um patamar decente.

O problema é que a aplicação de uma dosagem, modesta para outra conjuntura, nesta poderá matar o paciente. E mais ainda, dar uma boa desculpa para o médico que deveria ter a responsabilidade de receitar e tratar.

A 15 dias das eleições na Argentina tive a ocasião de acompanhar a maturidade com que os sindicatos e o governo se comportaram. Os primeiros deram primazia à questão política, embutida na consolidação da democracia, mesmo que com sacrifícios. O segundo, ao sinal dos primeiros saques, ofereceu alimentos. Mas na Argentina já se vivia uma conjuntura hiperinflacionária, o que implicava conter os confrontos para chegar, com o mínimo de ordem, ao processo eleitoral.

Aqui, se por um lado ainda não estamos dentro de um ciclone hiperinflacionário, também não estamos a 15 dias das eleições.

As decisões quanto às questões salariais e previdenciárias devem levar os parlamentares a meditar, ponderando entre o justo e o possível. Acredito que, neste momento, os acordos de liderança terminam por estimular a omissão.

O Congresso adquiriu, com a nova Constituição, o poder de criar despesas, mas não de se furtar a oferecer receitas orgânicas ou compensar reduzindo outras despesas. O próprio capítulo do Orçamento impõe restrições muito claras. É de se questionar se este princípio não é generalizável para a expansão de quaisquer gastos, dado que terão repercussão orçamentária...

César Maia foi secretário da Fazenda do Rio e deputado pelo PDT.